

**Ata da Assembléa Geral Extraordinária Realizada a 25 de setembro de 2000**

**Local e hora:** na sede da Companhia, à Rua Ivai nº 207, nesta Capital, às 10:00 h (dez horas). **Quorum:** acionistas presentes representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Jacks Rabinovich, Presidente, Dorothea Steinbruch, Secretária. **Convocação:** independente de aviso, conforme permissivo constante do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Deliberações:** por unanimidade, observados os impedimentos legais ao exercício do direito de voto, e sem qualquer reserva, ressalva, oposição ou protesto dos presentes, foram tomadas as seguintes resoluções: 1. alteração do objeto social da companhia que passa a ser "I - a participação no capital de outras sociedade, como sócia ou acionista e II - a administração de bens próprios"; 2. aprovada a criação de quatro classes de ações ordinárias, classe "A", classe "B", classe "C" e classe "D", passando 2000 (duas mil) ações ordinárias a serem da classe "A", 2000 (duas mil) ações ordinárias a serem da classe "B", 3.000 (três mil) ações ordinárias a serem da classe "C" e 3.000 (três mil) ações ordinárias a serem da classe "D"; 3. aprovada a instalação do Conselho de Administração que será composto de 4 (quatro) membros, eleitos pela Assembléa Geral, com mandato de 2 anos, conforme disposto no novo texto dos Estatutos Sociais em anexo; 4. acolhida a renúncia de todos os membros da Diretoria, registrando-se voto de agradecimento pelos serviços por eles prestados; 5. aprovada a alteração do art.16 dos estatutos Sociais, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 16 - O Conselho de Administração é composto de 4 (quatro), 8 (oito) ou 12 (doze) membros, conforme decidir a assembléa geral que o eleger, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo que cada uma das classes em que se dividem as ações ordinárias representativas do capital social (A, B, C e D) tem o direito de eleger uma quarta parte dos conselheiros.". 6. eleitos os membros do Conselho de Administração, que neste ato tomam posse de seus cargos, com mandato até 30 de abril de 2002, conforme disposto nos Estatutos Sociais: Conselheiro Presidente, Jacks Rabinovich, brasileiro, casado, industrial, domiciliado e residente nesta Capital, com escritório à Rua Itacolomi nº 412, 9º andar, portador da cédula de identidade de registro geral (RG) nº 1.179.678-9-SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), do Ministério da Fazenda, sob nº 011.495.638-34; Conselheiro Vice-Presidente, Eliezer Steinbruch, brasileiro, viúvo, industrial, domiciliado e residente nesta Capital, com escritório à Rua Itacolomi nº 412, 1º andar, portador da cédula de identidade de RG nº 1.183.783-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 018.004.698-53; Conselheiros: Benjamin Steinbruch, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado e residente nesta Capital, com escritório à Rua Itacolomi nº 412, 12º andar, portador da cédula de identidade de RG nº 3.627.815-4-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 618.266.778-87; Clarice Steinbruch, brasileira, separada judicialmente, administradora de empresas, domiciliada e residente nesta Capital, com escritório à Rua Itacolomi nº 412, 1º andar, portadora da cédula de identidade de RG nº 7.526.365-8-SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 032.473.948-69; Eduardo Rabinovich, brasileiro, casado, industrial, domiciliado e residente nesta Capital, com escritório à Rua Itacolomi nº 412, 9º andar, portador da cédula de identidade de RG nº 4.989.033-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 059.408.688-43; Jacyr Pasternak, brasileiro, casado, médico, domiciliado e residente nesta Capital, com escritório à Rua Itacolomi nº 412, 9º andar, portador da cédula de identidade de RG nº 2.340.133-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 004.465.488-04; Ricardo Steinbruch, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado e residente nesta Capital, com escritório à Rua Itacolomi nº 412, 12º andar, portador da cédula de identidade de RG nº 4.576.689-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 030.626.328-95; Luiz Rodrigues Corvo, brasileiro, casado, advogado, domiciliado e residente nesta Capital, com escritório à Rua Vergueiro nº 1.855, 8º andar, portador da cédula de identidade de RG nº 5.685.292-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 026.173.908-53, tendo todos os conselheiros declarado à assembléa não estarem incursos em qualquer dos delitos que impedem o exercício da atividade comercial. 7. autorizada a verba de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para os administradores da Companhia, como honorários anuais, a ser entre eles distribuído conforme deliberar o Conselho de Administração; **Documentos:** ficou arquivado na sede da companhia, rubricado pela Mesa o texto dos Estatutos Sociais aprovado. Assinaturas: Jacks Rabinovich, Presidente, Dorothea Steinbruch, secretária, **Acionistas:** Clarice Rabinovich Pasternak, Dorothea Steinbruch, Eliezer Steinbruch e Jacks Rabinovich. A presente ata, redigida sob a forma de sumário, conforme faculta o art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, é cópia fiel daquela lançada no Livro de Atas de Assembléas Gerais da Companhia, ficando autorizada a sua publicação. São Paulo, 25 de setembro de 2000. Jacks Rabinovich - Presidente da Mesa; Dorothea Steinbruch - Secretária; Acionistas: Clotilde Rabinovich Pasternak; Dorothea Steinbruch; Eliezer Steinbruch; Jacks Rabinovich; Fortaleza Trust S.A. JUCESP nº 217.319/00-2 em 24/11/2000. Arlete S. Faria Lima - Secretária-Geral; **Estatutos Sociais - Capítulo I - Da denominação, sede, objeto e duração - Artigo 1º - FORTALEZA TRUST S.A.** é pessoa jurídica de direito privado brasileiro, organizada sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, regendo-se doravante pelas estipulações constantes destes Estatutos Sociais, onde será identificada simplesmente como Companhia, bem como pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto: 1. a participação no capital de outras sociedade, como sócia ou acionista e; 2. a administração de bens próprios. Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na cidade, município e comarca de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, sendo seu endereço à Rua Ivai nº 270, sala 10, Taupapé. Parágrafo único - Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir e fechar filiais, agências, escritórios, armazéns e estabelecimentos de qualquer natureza, no Brasil e no exterior. Artigo 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Do Capital e das Ações - Artigo 5º -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 2000 (duas mil) ações pertencentes à classe A, 2000 (duas mil) ações pertencentes à classe B, 3.000 (três mil) ações pertencentes à classe C, 3.000 (três mil) ações pertencentes à classe D. § 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembléa geral de acionistas. § 2º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Artigo 6º - As ações terão direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido consolidado da Companhia, a cada exercício social. **Capítulo III - Do Capital e das Ações - Artigo 7º -** As reuniões da assembléa geral de acionistas da Companhia, ordinárias e extraordinárias, sua convocação, instalação e procedimentos de deliberação, assim como os seus poderes e competência, obedecerão ao que estabelecer a Lei nº 6.404/76, outras leis eventualmente aplicáveis e estes Estatutos Sociais. Artigo 8º - O presidente da mesa das assembléas gerais será o Presidente do Conselho de Administração ou quem este indicar. Artigo 9º - O secretário da mesa das assembléas gerais será o Vice-Presidente do Conselho de Administração ou quem este indicar. Artigo 10 - Compete privativamente à assembléa geral deliberar a respeito de: I - alteração do dividendo mínimo anual obrigatório; II - distribuição de dividendos em valor superior ou inferior ao mínimo anual obrigatório ou não distribuição de dividendos, inclusive do mínimo anual obrigatório; III - auto-falência, dissolução e liquidação da Companhia ou cessação do estado de liquidação. Parágrafo único - As deliberações da assembléa geral a respeito das matérias constantes dos incisos deste artigo só serão válidas se adotadas pela unanimidade dos acionistas, estejam ou não presentes à reunião dela que a seu respeito decidir. Artigo 11 - Serão necessários os votos de 80% (oitenta por cento) dos acionistas, presentes ou não à reunião que a respeito de tais assuntos deliberar, para que a assembléa geral aprove validamente: I - alterações nos Estatutos Sociais da Companhia que impliquem em: a. aumento do capital mediante subscrição de ações novas; b. criação do capital que terá como consequência a redução pro rata da participação dos acionistas nele; c. mudança de partes beneficiárias; d. mudança do objeto social da Companhia; II - emissão de debêntures, bônus de subscrição ou obrigações de qualquer natureza da Companhia, conversíveis ou não em ações. Artigo 12 - Serão necessários os votos de 70% (setenta por cento) dos acionistas, presentes ou não à reunião que a respeito de tais assuntos deliberar, para que a assembléa geral aprove validamente: I - alterações dos Estatutos Sociais da Companhia que impliquem em modificação dos direitos neles segurados aos acionistas minoritários; II - a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração. **Capítulo IV - Da Administração - Seção I - Das Normas Comuns - Artigo 13 -** A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria. Artigo 14 - Compete à assembléa geral ordinária fixar integralmente a remuneração dos administradores e conselheiros de administração e ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos administradores e diretores. Artigo 15 - O Conselho de Administração e a Diretoria deliberam validamente pelo voto da maioria dos seus membros, ressalvas as exceções previstas nestes Estatutos. **Seção II - Do Conselho de Administração - Artigo 16 -** O Conselho de Administração é composto de 4 (quatro), 8 (oito) ou 12 (doze) membros, conforme decidir a assembléa geral que o eleger, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo que cada uma das classes em que se dividem as ações ordinárias representativas do capital social (A, B, C e D) tem o direito de eleger uma quarta parte dos conselheiros. Artigo 17 - Dentre os membros eleitos do Conselho de Administração, um será o Presidente e o outro o Vice-Presidente desse órgão. Parágrafo único - Os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração serão exercidos alternadamente, a cada mandato, por um conselheiro indicado pelos acionistas titulares das ações ordinárias classe A e C e outro indicado pelos acionistas titulares das ações ordinárias classe B e D, respectivamente, sendo que o Presidente do Conselho de Administração será indicado pelos acionistas portadores das ações ordinárias classe B e D. Artigo 18 - Em seus impedimentos temporários, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão substituídos pelo conselheiro que cada um deles indicar para exercer a sua função. Artigo 19 - Em seus impedimentos temporários, cada conselheiro será substituído por outro conselheiro que indicar ou procurador com poderes para tal, sendo que, na hipótese de serem procuradores agindo em conjunto, a sua manifestação será computada como um só voto, não será considerado se houver divergência entre os mandatários do conselheiro impedido. Artigo 20 - Ocorrendo vacância do cargo de qualquer conselheiro, o Conselho de Administração convocará a assembléa geral para promover a substituição, cabendo aos titulares da classe das ações ordinárias que haviam eleito o ocupante do cargo vago indicarem o seu substituto até o final do mandato em curso. Artigo 21 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado no último mês do ano imediatamente anterior e extraordinariamente mediante convocação do seu presidente ou do seu vice-presidente. § 1º - O quorum para instalação das reuniões será de 4 (quatro) membros do Conselho de Administração. § 2º - Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio. § 3º - Observadas as exceções previstas nestes Estatutos Sociais, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por consenso e, se isso não for possível, pela maioria dos seus membros presentes à reunião; em caso de empate, o presidente e o vice-presidente ficarão incumbidos de encontrar solução para o impasse, em prazo estabelecido pelo Conselho de Administração, sendo que a decisão comum de ambos constituirá uma decisão de todo o Conselho de Administração; na hipótese de o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração não encontrarem solução para o impasse, nomearão eles um árbitro, de sua comum escolha, cuja decisão será acatada por ambos e pelos demais membros do Conselho de Administração, valendo como resolução de todo. § 4º - Durante os intervalos entre uma e outra reunião do Conselho de Administração, os seus Presidente e o Vice-Presidente, em conjunto, tomarão as decisões da competência desse órgão que se fizerem necessárias, ad referendum do plenário do Conselho de Administração. Artigo 22 - O Conselho de Administração, a seu critério, poderá ter um Secretário Geral. Artigo 23 - Os Conselheiros receberão cópias das atas de reunião de Diretoria, de quaisquer outros

órgãos da Companhia, especialmente das comissões de que trata o artigo seguinte, e das reuniões de conselhos de administração, de diretorias e de gerências das sociedades controladas pela Companhia, a esta coligadas ou com ela interdependentes. Artigo 24 - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comissões para estudo de assuntos especiais, com objetivos definidos e prazo de atividade limitada, integradas por pessoas por ele designadas. Artigo 25 - Compete ao Conselho de Administração: I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II - eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições; III - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações a respeito de contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; IV - convocar a assembléa geral dos acionistas; V - manifestar-se a respeito do relatório da administração, das atas da Diretoria e das demonstrações financeiras consolidadas, que deverão ser submetidas à sua apreciação dentro de 60 (sessenta) dias contados do término do exercício social; VI - autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações a terceiros; VII - escolher e destituir os auditores independentes; VIII - fixar os termos de emissão, conversão, resgate antecipado e demais condições de colocação de obrigações e debêntures conversíveis ou não em ações, de comercial papers, de bônus e demais títulos destinados à distribuição, primária ou secundária, em mercado de capitais, quando autorizada pela assembléa geral; IX - criar comissões de assessoramento; X - deliberar a respeito da representação da Companhia em assembléas e reuniões de sócios das sociedades de que participe e a respeito de matérias submetidas a tais assembléas e reuniões; XI - designar diretor ou procurador com poderes específicos para representar singularmente a Companhia em determinados atos; XII - designar o Secretário Geral do Conselho de Administração, se decidir pela existência do cargo; XIII - aprovar a incorporação da Companhia em outra sociedade, sua fusão ou cisão, bem como a incorporação de outras sociedades pela Companhia; XIV - autorizar a participação de outras sociedades pela Companhia; XV - decidir quanto à aquisição ou venda da participação da Companhia em outras sociedades ou negócios; XVI - deliberar a respeito da distribuição de dividendos à conta de lucros apresentados em balanço, bem como decidir a respeito da declaração de dividendos intermediários à conta de lucros existentes em balanços intermediários ou no último balanço anual, ad referendum da assembléa geral de acionistas; § 1º - As deliberações a respeito das matérias constantes dos incisos XIII, XIV e XV deste artigo só serão validamente tomadas pelo Conselho de Administração com voto favorável de 80% (oitenta por cento) dos seus membros, estejam ou não presentes à reunião que a respeito delas deliberar. § 2º - As deliberações a respeito das matérias constantes do inciso XVI deste artigo só serão tomadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração, estejam ou não presentes à reunião que a respeito delas deliberar. Artigo 26 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões deste órgão e as assembléas gerais dos acionistas da Companhia. Artigo 27 - Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração secretariar as reuniões deste órgão e as assembléas gerais dos acionistas da Companhia. **Seção III - Da Diretoria - Artigo 28 -** A Diretoria da Companhia é composta de 2 (dois) a 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, outro Diretor Superintendente e os demais diretores sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição para o mesmo ou outro cargo da Diretoria, podendo o Conselho de Administração a qualquer tempo destituir um, alguns ou todos os integrantes da Diretoria. Parágrafo único - Ao eleger a Diretoria, o Conselho de Administração fixará o número de seus membros para aquele mandato. Artigo 29 - Em suas faltas e impedimentos temporários, os diretores serão assim substituídos: I - o Diretor Presidente e o Diretor Superintendente substituir-se-ão mutuamente; II - os demais diretores serão substituídos por diretor que será indicado pelo Diretor Presidente. Artigo 30 - Em caso de vacância de cargo de diretor, observar-se-á o seguinte: I - vagando o cargo de Diretor Presidente, será ele substituído provisoriamente pelo Diretor Superintendente, devendo o Conselho de Administração eleger o substituto no prazo máximo de 30 (trinta) dias; II - vagando o cargo de Diretor Superintendente, será ele substituído provisoriamente pelo Diretor Presidente, devendo o Conselho de Administração eleger o substituto no prazo máximo de 30 (trinta) dias; III - vagando qualquer outro cargo de diretor, será o seu titular substituído por quem o Diretor Presidente e o Diretor Superintendente de comum acordo designarem, até que o Conselho de Administração eleja novo titular. Artigo 31 - A Diretoria tem ampla e cabal autonomia de ação, nos termos destes Estatutos Sociais, podendo praticar todos os atos necessários para realizar os objetivos sociais da Companhia e para assegurar o seu normal funcionamento. Artigo 32 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Superintendente, lavrando-se da reunião ata no livro próprio da Companhia. § 1º - A Diretoria deliberará pela maioria de seus membros. Em caso de empate, a matéria será submetida à decisão do Conselho de Administração. § 2º - Se o Diretor Presidente e/ou o Diretor Superintendente discordarem de decisão da Diretoria, poderão submetê-la ao Conselho de Administração, caso em que a deliberação ficará suspensa até que esse órgão a examine e decida. Artigo 33 - Compete ao Diretor Presidente: I - presidir as reuniões da Diretoria, a se realizarem na sede social ou em filiais, agências, escritórios da Companhia ou outro local previamente designado; II - representar a Companhia em atos de representação singular, em juízo ou fora dele, podendo designar outro diretor ou procurador para tal função, se e quando outro representante da Companhia para tal ato não houver sido designado pelo Conselho de Administração; III - fixar, em conjunto com o Diretor Superintendente, as normas legais a serem observadas pela Diretoria, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração; IV - organizar, em conjunto com os demais diretores, os serviços da Companhia, prover seus cargos e funções e fixar os respectivos vencimentos, observada a política geral de recursos humanos e salários traçadas pelo Conselho de Administração; V - elaborar, com os demais diretores, o relatório anual; VI - coordenar e supervisionar, em conjunto com o Diretor Superintendente, as áreas que a ambos estiverem diretamente subordinadas, bem como as dos demais diretores; VII - atribuir, em conjunto com o Diretor Superintendente, atividades e tarefas especiais a qualquer dos diretores, além daqueles que a este couberem ordinariamente, inclusive a de substituir outro diretor; VIII - cumprir e fazer cumprir, em conjunto com o Diretor Superintendente, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, estabelecidas pelo Conselho de Administração. Artigo 34 - Compete ao Diretor Superintendente a realização das tarefas que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração e, em conjunto com o Diretor Presidente, aquelas em que é referido nos incisos do artigo anterior. Artigo 35 - Compete aos demais diretores exercer as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Superintendente, acatando as normas gerais de administração da Companhia e as disposições destes Estatutos Sociais. Artigo 36 - Como regra geral, ressalvas as hipóteses constantes dos parágrafos deste artigo, a Companhia obriga-se validamente sempre que representada por 2 (dois) diretores, ou por um diretor e um procurador ou ainda por dois procuradores no limite dos respectivos mandatos. § 1º - Os atos para os quais os presentes Estatutos Sociais exigem autorização prévia do Conselho de Administração só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição. § 2º - O Conselho de Administração definirá o valor acima do qual os atos que acarretarem responsabilidades para a Companhia terão de necessariamente ser assinados pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Superintendente em conjunto com outro diretor ou procurador ou pelo Diretor Presidente e Diretor Superintendente, em conjunto. § 3º - A Companhia poderá ser representada por apenas um diretor ou procurador com poderes específicos: I - nos casos previstos no art. 33, inciso II; II - quando se tratar de dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia e que tenham sido a ela pagos por cheque nominal ou mediante depósito em sua conta-corrente, de emitir e endossar duplicatas relativas às suas vendas, bem como no caso de correspondências que não criem obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os executados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, registro do comércio (junta comercial), justiça do trabalho, Instituto Nacional de Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e instituições financeiras dele gestoras e arrecadoras e outros de natureza idêntica. § 4º - O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador especialmente designado. Artigo 37 - Na constituição de procuradores da Companhia observam-se as seguintes regras: I - todas as procurações terão de ser assinadas pelo Diretor Presidente pelo Diretor Superintendente, em conjunto; II - quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que será mencionada em seu texto; III - exceto nos casos de representação judicial ou similar, em que seja da essência do mandato seu exercício até o encerramento do litígio, todas as procurações terão prazo certo, não superior a 1 (um) ano, e poderes limitados. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 38 -** Com funcionamento apenas nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido de acionista(s) com tal direito, o Conselho Fiscal será composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes. § 1º - Os titulares de cada uma das classes em que se dividem as ações ordinárias representativas do capital social elegerão 1 (um) conselheiro fiscal e o seu respectivo suplente, sendo o quinto conselheiro fiscal e seu suplente necessariamente eleitos pela unanimidade dos votos dos acionistas, estejam ou não presentes à assembléa geral que instalar o Conselho Fiscal. § 2º - A assembléa geral que instalar o Conselho Fiscal fixará a remuneração dos seus membros efetivos. § 3º - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal termina na primeira assembléa geral ordinária de acionistas realizada após a sua instalação. **Capítulo VI - Do exercício social, demonstrações financeiras e lucros - Artigo 39 -** O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras a tal período correspondentes. Artigo 40 - Do resultado do exercício serão primeiramente deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda e o montante necessário ao pagamento do dividendo mínimo anual obrigatório. O lucro líquido restante, se houver, terá a destinação que lhe der a assembléa geral ordinária dos acionistas, observadas as prescrições legais e as disposições destes Estatutos Sociais. Artigo 41 - A distribuição de dividendo não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Artigo 42 - Os dividendos serão pagos nas datas e locais determinados pelo Conselho de Administração. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos contados do início do pagamento prescreverão a favor da Companhia. **Capítulo VII - Da Liquidação - Artigo 43 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei e na hipótese de aprovação de sua dissolução pela assembléa geral de acionistas, observadas as normas legais e estatutárias pertinentes. Artigo 44 - Compete à assembléa geral que aprovar a dissolução e liquidação da Companhia nomear o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que funcionará durante o período da liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários. **Capítulo VIII - Das Disposições Gerais - Artigo 45 -** A Companhia cumprirá e fará cumprir os acordos de acionistas que venham a ser nela arquivados. Artigo 46 - O Conselho de Administração da Companhia realizará os estudos necessários para transformar esta sociedade anônima em companhia de capital aberto, em prazo que definirá. São Paulo, 25 de setembro de 2000. Jacks Rabinovich - Presidente; Dorothea Steinbruch - Secretária; Acionistas: Clotilde Rabinovich Pasternak; Eliezer Steinbruch; Jacks Rabinovich; Dorothea Steinbruch.

**Ata da Reunião do Conselho de Administração**

realizada no dia 25 de setembro de 2000.

Local e hora: na sede da Companhia, à Rua Ivai nº 207, nesta Capital, às 11:00 h (onze horas). Quorum: presentes todos os Membros do Conselho de Administração. Mesa: Sr. Jacks Rabinovich, Presidente. Sr. Eliezer Steinbruch, Secretário. Deliberações: por unanimidade, observadas as restrições legais ao exercício do direito de voto e sem qualquer oposição, ressalva, restrição ou protesto dos presentes, foram adotadas as seguintes resoluções: 1. acolher a renúncia dos atuais Diretores, os Srs. Jacks Rabinovich, Ademir José Scarpin, Luis Lergman, Pedro Felipe Borges Neto, e Rubens Monteiro, registrando-se voto de louvor por seus desempenhos e de agradecimento pelos serviços prestados à Companhia; 2. eleger, para completar o prazo de gestão da Diretoria, os novos membros da Diretoria da Companhia, de acordo com o previsto nos Estatutos Sociais, com mandato até a Assembléa Geral ordinária de 2.001, para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. Jacks Rabinovich, brasileiro, casado, industrial, domiciliado e residente nesta Capital, à Rua Itacolomi nº 412, 9º andar, portador da cédula de identidade de Registro Geral (RG) nº

1.179.678-SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob nº 011.495.038-34 e para o cargo de Diretor Superintendente e de Relações com o Mercado, o Sr. Ricardo Steinbruch, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado e residente nesta Capital, à Rua Itacolomi nº 412, 12º andar, portador da cédula de identidade de RG nº 4.576.689-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 030.626.328-95; 3. fixar a quantia de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), como honorários anuais, sendo R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para cada Diretor. Nada mais havendo a tratar, o presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como não houvesse manifestação, declarou encerrado os trabalhos e suspensa a assembléa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, lida após a reabertura da assembléa, foi por todos aprovada e vai pelos presentes assinada, em 3 (três) vias de igual teor. São Paulo, 25 de setembro de 2000. JACKS RABINOVICH - Presidente; Eliezer Steinbruch - Secretário. JUCESP nº 217.320/00-4 em 24/11/2000. Arlete S. Faria Lima - Secretária-Geral

1.179.678-SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob nº 011.495.038-34 e para o cargo de Diretor Superintendente e de Relações com o Mercado, o Sr. Ricardo Steinbruch, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado e residente nesta Capital, à Rua Itacolomi nº 412, 12º andar, portador da cédula de identidade de RG nº 4.576.689-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 030.626.328-95; 3. fixar a quantia de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), como honorários anuais, sendo R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para cada Diretor. Nada mais havendo a tratar, o presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como não houvesse manifestação, declarou encerrado os trabalhos e suspensa a assembléa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, lida após a reabertura da assembléa, foi por todos aprovada e vai pelos presentes assinada, em 3 (três) vias de igual teor. São Paulo, 25 de setembro de 2000. JACKS RABINOVICH - Presidente; Eliezer Steinbruch - Secretário. JUCESP nº 217.320/00-4 em 24/11/2000. Arlete S. Faria Lima - Secretária-Geral